

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Programa de Iniciação Científica Voluntária - PICVOL

**Riqueza e escravidão em Sergipe Del Rei: passagem do
século XVIII para o XIX**

Área de Concentração: Ciências Humanas (História)

Discente: ANA CLAUDIA PEREIRA
Orientador: CARLOS DE OLIVEIRA MALAQUIAS

Relatório Final

Período
2016/2017

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica
PICVOL

RESUMO

O projeto “Riqueza e Escravidão em Sergipe Del Rei: passagem do século XVIII para o XIX” intentou, no âmbito desta limitada pesquisa, perscrutar a composição e a distribuição do patrimônio dos sergipanos no início do Oitocentos. Para tanto, foram utilizados os inventários post-mortem, uma fonte única e abundante para o conhecimento das questões econômicas do período colonial. Os dados encontrados, analisados *per si* e em comparação com outros estudos feitos para diferentes regiões da América Portuguesa, mostraram uma economia basicamente agropastoril, com altos índices de concentração de riqueza, e uma estrutura produtiva escravista e extensiva, com certo grau de concentração e especialização regional.

Palavras-chave: história econômica, Sergipe colonial, riqueza, escravidão.

Sumário

1- Introdução.....	4
2- Objetivos	5
3- Metodologia	6
4- Resultados e Discussões.....	10
4.1- A estrutura econômica revelada pelos inventários	10
4.2- A estrutura produtiva revelada pelos inventários	13
4.2.1- Os gêneros agrícolas	13
4.2.2- O rebanho.....	16
4.3- Faixas de fortuna e distribuição da riqueza	18
5- Conclusões	24
6- Perspectivas.....	24
7- Referências.....	25
8- Outras atividades.....	26

1- Introdução

A passagem do século XVIII para o XIX é marcada em Sergipe por uma mudança no perfil socioeconômico da Capitania. As atividades voltadas para o abastecimento alimentar e a pecuária, que por dois séculos, XVII e XVIII, foram carro-chefe do movimento de consolidação da presença portuguesa em solo sergipano, deram lugar, no alvorecer dos Oitocentos, à lavoura de cana-de-açúcar. Passada a febre da mineração e com conjuntura internacional favorável, o cultivo de plantas tropicais para venda no mercado europeu recebeu novo impulso, o que possibilitou, além da recuperação das tradicionais áreas canavieiras, como Bahia e Pernambuco, a expansão para regiões até então com produções modestas, como Alagoas, Paraíba, Sergipe, Rio de Janeiro e São Paulo.

De menos de uma centena e meia de engenhos em 1798, Sergipe passou a contar em 1823 com 347. A capitania experienciava, então, uma prosperidade tal que alguns historiadores creditam ao crescimento econômico alcançado pelo comércio de açúcar – feito, até então, através do porto da Bahia – parte dos esforços por sua autonomia política, confirmada em 1822 (DINIZ, 2013, p. 97). Não obstante, é na segunda metade do século XIX que a agroindústria açucareira estabiliza-se, girando em torno de 700 a 750 unidades de produção e concentrando-se, principalmente, na microrregião da Cotinguiba.

Desse processo, porém, permanecem desconhecidos alguns aspectos. O impacto do avanço da cana de açúcar sobre as já seculares culturas de subsistência e a criação de gado, por exemplo, é uma problemática não discutida pela ampla historiografia que se dedica ao fenômeno. Na medida em que eram artigos essenciais à administração colonial portuguesa, sua carência preocupava as autoridades. A farinha de mandioca produzida em Sergipe e comercializada em sua grande maioria com a Bahia, por exemplo, constituía-se em item principal do abastecimento de suas cidades e engenhos, inclusive da sede administrativa da colônia, Salvador. Relatos de época evidenciam a preocupação de que a expansão da cana pudesse reduzir seu fabrico (BARICKMAN, 2003, p. 90). Ao mesmo tempo, o grande número de ordens que obrigavam os senhores de engenhos e plantadores de cana a cultivar um número correspondente de covas de mandioca por cada escravo empregado, intentava tornar os engenhos e fazendas

autossuficientes – o que é uma boa indicação de que não o eram – e deixar a produção dos roceiros de mandioca exclusivamente endereçada às cidades (BARICKMAN, 2003, p. 105).

Outra questão que se coloca, é a da origem dos investimentos. As professoras Maria da Glória de Santana Almeida (1993) e Maria Thetis Nunes (1989) acreditam que eles vieram do Recôncavo da Bahia, onde as terras secularmente ocupadas não mais ofereciam oportunidades de avanço, o que teria deslocado a fronteira agrícola para Sergipe, onde havia solos adequados ocupados com culturas menos lucrativas. Mas terras somente não eram suficientes à empresa açucareira. Qual a procedência dos capitais empregados na compra de escravos e demais equipamentos tão necessários e onerosos? Josué Modesto dos Passos Sobrinho conjectura um cenário, inspirado em Maria da Glória de Santana Almeida: para o autor, esse novo “boom” do açúcar brasileiro teria valorizado as terras dos agricultores sergipanos, que as venderam e usaram parte do capital adquirido na montagem dos engenhos (2000, p. 70). No entanto, esses sistemas explicativos são apenas hipóteses – ainda que bastante verossímeis – carentes de estudos empíricos que as comprovem.

O projeto “Riqueza e Escravidão em Sergipe Del Rei: passagem do século XVIII para o XIX” propõe a pesquisa da economia sergipana no período citado para iluminar essas problemáticas. O recorte temporal justifica-se pela conjuntura da gênese do capital açucareiro. Já o espacial, pela faculdade de mapear os relacionamentos das diferentes atividades produtivas da capitania. Ambas as questões são bem atendidas pelo levantamento e escrutínio das fontes sugeridas – e consultadas: os inventários post-mortem. No âmbito dessa limitada pesquisa, perscrutaram-se as relações econômicas de Sergipe de 1800 a 1822, momento para o qual as fontes estão mais disponíveis. Ela constituiu-se, portanto, na primeira etapa do projeto e foi desenvolvida entre agosto de 2016 a julho de 2017.

2- Objetivos

Constituem objetivos gerais do projeto “Riqueza e Escravidão em Sergipe na passagem do século XVIII para o XIX” traçar um panorama, até o momento inexistente, da composição e distribuição da riqueza na capitania de Sergipe Del Rei, bem como aferir as principais características da força de trabalho empregada nas diversas atividades econômicas desenvolvidas na região. Em ambos os casos, ligando o evolver

da economia local aos ritmos dos mercados mundiais, em expansão no final dos setecentos. Para explorar essas questões, objetivou-se, no âmbito limitado dessa pesquisa:

a) levantar nos inventários *post-mortem* produzidos na capitania de Sergipe Del Rey, entre 1800 e 1822, a composição dos patrimônios, discriminando valor e características dos bens de produção (engenhos, casas de farinha, terras de cultivo ou criação, etc.), dos imóveis, dos escravos, dos equipamentos, da produção agrícola, do rebanho (bovino, suíno, equino, etc.), das dívidas, dos dotes e da herança legada aos descendentes;

b) produzir e alimentar um banco de dados com as informações coletadas;

c) analisar a composição e distribuição da riqueza, bem como sua variação entre as distintas regiões da capitania.

3- Metodologia

A metodologia deste trabalho consistiu no (1) exame e discussão de obras historiográficas, (2) leitura paleográfica e transcrição de processos de inventários *post-mortem*, (3) alimentação de um banco de dados com as informações coletadas, (4) processamento e tabulação em softwares estatísticos (SPSS), (5) análise dos resultados – *per si* e de forma comparativa – e, finalmente, (6) síntese historiográfica.

Os inventários *post-mortem* são uma fonte única e valiosa de dados sobre a riqueza na América Portuguesa. No período colonial, recorria-se a eles em três circunstâncias: quando o proprietário falecia fora de sua freguesia, quando não havia herdeiros presumidos ou quando eles eram menores. Por serem as duas últimas situações as mais frequentes, a maior parte dessa documentação ficava sob a autoridade do juizado de órfãos. Em tais processos, diferentemente dos congêneres atuais, havia uma descrição minuciosa dos itens que compunham as posses do inventariado, visto que os bens manufaturados, nas sociedades pré-industriais, eram valorosos e de reduzido número, sendo inclusive legados como herança.

Logo, encontramos nos processos de inventariação, uma listagem completa e com avaliação individual dos bens de produção (terras, ferramentas, engenhos, escravos, etc.), dos resultados da produção (roças, canaviais, rebanho, etc.), dos bens pessoais (joias, roupas, etc.), dos imóveis e de tudo mais que integrava o patrimônio do falecido. Algo que merece especial atenção, é que essa documentação arrolava ainda as dívidas

que eram devidas ao proprietário (dívidas ativas) e as que ele devia (dívidas passivas), o que se constitui em uma rara janela para o estudo das relações financeiras desses agentes econômicos, bem como das formas de investimento e participação no mercado.

Importantes autores fizeram uso dessa documentação para embasar suas obras. Sendo assim, a primeira etapa desta pesquisa consistiu no exame e discussão de alguns desses trabalhos entre os pesquisadores envolvidos. Graças a elas, foi possível identificar os limites e possibilidades de tal fonte e, por consequência, das análises decorrentes. Zephyr L. Frank, ainda que considerando os inventários “uma fonte única e valiosa de dados sobre a riqueza no século XIX na América Latina”, apontou três problemas: o da consistência ao longo do tempo, já que as pessoas falecidas que deviam ser inventariadas podem mudar de acordo com as leis vigentes, os padrões demográficos ou fatores inexplicáveis tais como a perda da documentação; o da idade e seletividade que torna possível que a população inventariada seja mais rica e mais velha que aquela ainda viva; e o da cobertura, pois quase nunca é possível saber quantas pessoas entre as que vivem possuem bens, ou seja, quantos por cento do total da população os inventários cobrem, já que somente os proprietários o faziam (FRANK: 2012 p. 189). Tais questões, se não levadas em consideração, podem comprometer as análises e o uso adequado desse material deve estar submetido a sua coleta sistemática e ao uso apropriado de testes estatísticos de sensibilidade.

Em seguida, procedeu-se à leitura paleográfica dos documentos e a transcrição das informações com a produção de fichas individuais para cada processo de inventariação, como mostra a Figura 1. As informações coletadas foram reunidas, posteriormente, em um banco de dados e, para efeitos desta pesquisa, agrupadas em nove categorias: (1) dinheiro, a moeda em espécie de posse do falecido; (2) produção, que comporta, geralmente, os gêneros agrícolas, extrativistas e artesanais existentes na propriedade quando da feitura do processo e, por vezes, os que foram comercializados; (3) equipamentos e benfeitorias empregados no beneficiamento da produção; (4) bens de raiz, os imóveis; (5) escravos; (6) rebanho, não apenas o gado vacum, mas também o cavalariço, muare, ovinos, caprinos e bois de tiro ou de fábrica; (7) dívidas, subdividas em ativas (a receber) e passivas (a pagar) e que engloba não só os empréstimos, mas serviços de crédito originados das mais variadas procedências, como a venda de mantimentos e prestação de serviços; (8) estoque, ou seja tudo aquilo identificado como mercadoria armazenada para venda; (9) bens móveis, onde foram alocadas as

ferramentas e vestimentas, o mobiliário, as joias, metais preciosos e tudo que não se enquadraram nas demais categorias.

Fundo: 1702 - 25 of - Inventário n.º 1253 Data de abertura: 27/05/1707
NOME: João de Brito de Sá Falecimento: 15/11/1790
Inventariante: João de Sá Relação: (cônjuge)
 Local: Vila de São Paulo do Rio de São Francisco

Outras informações relevantes:
 O inventário foi feito em 27 de maio de 1707 em Vila Rica.

Herdeiros (n.º, nome, idade, cargo):
 1. João de Brito de Sá, filho do falecido, 24 anos.
 2. João de Brito de Sá, filho do falecido, 23 anos.
 3. João de Brito de Sá, filho do falecido, 22 anos.
 4. João de Brito de Sá, filho do falecido, 21 anos.

Bens Móveis (apenas valores)
 Joias e metais: Vestuário: Mobiliário: \$ 200
 Ferramentas: Outros:

Rebanho (n.º e valor)
 n.º 13 cavalos \$ 7.500 n.º 2 porcos \$
 n.º 2 vacas \$ 2.500 n.º 1 bovino \$ 1.500

Dinheiro (valor)
 Ações (valor, descrição à parte): Estoque de loja (valor, descrição à parte):
 Sociedades (valor, descrição à parte):

Auto de Partilha: Data: 09/11/1707 Monte Mór: \$ 39.360
 Casa: \$ 9.900 Funeral (com conta): Monte líquido: \$ 22.500
 Monte partilhado: \$ 49.360 Moção: \$ 12.140 Ganho dos herdeiros: \$ 28.430
 Dívidas: \$ 15.940

Deveres e comprometimentos:
 • Dívidas (n.º, nome, designação, idade, condição, valor, percentagem e partilha)
 • Bens de Rely (descrição e valor)
 • Dívidas Ativas (dividas a receber) e Passivas (a pagar) (n.º, nome, morada, razão e valor)
 • Equipamentos e Beneficências (lista de faz, tou, modo de manuseio, ferros etc. - descrição e valor)
 • Preleção (artigos agrícolas produzidos ou plantados - qtd, unidade, tipo, valor)
 • Dívidas (nome, descrição e valor)

Subsídios:
 1. Quilão, razão antiga, 200 avoas, 90 \$000.
 2. Quilão, razão antiga, 200 avoas, 90 \$000.
 3. Quilão, razão antiga, 200 avoas, 90 \$000.

Devedores ativos:
 1. João de Brito de Sá, filho do falecido, 24 anos, 4 \$000.
 2. João de Brito de Sá, filho do falecido, 23 anos, 4 \$000.
 3. João de Brito de Sá, filho do falecido, 22 anos, 4 \$000.

Devedores passivos:
 1. Felipe Ribeiro, de conta de João de Sá, 24 \$460.
 2. Capelão Manoel de Costa Nunes, mercador, Vila Rica, de João de Sá, 10 \$000.
 3. Alambiqueiro João de Sá, 9 \$700.
 4. João de Sá, filho do falecido, de conta de João de Sá, 7 \$000.
 5. João de Sá, filho do falecido, de conta de João de Sá, 20 \$450.
 6. João de Sá, filho do falecido, de conta de João de Sá, 20 \$000.
 7. Capelão Manoel de Costa Nunes, mercador, Vila Rica, de João de Sá, 10 \$700.

Monte líquido - \$ 22.500 -
 n.º 1. João de Sá, filho do falecido, 24 anos, 11 \$000.
 n.º 2. João de Sá, filho do falecido, 23 anos, 11 \$000.
 n.º 3. João de Sá, filho do falecido, 22 anos, 11 \$000.

Objeto: Vila Rica, Vila de São Paulo do Rio de São Francisco.

Figura 1: Ficha de inventário post-mortem.

Ao todo, foram consultados 344 inventários e 24 documentos avulsos, distribuídos em 26 caixas, de oito fundos arquivísticos salvaguardados por duas instituições, o Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe (AGJSE) e o Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES). Tal montante cobre o período de 1800 a 1822 e sete diferentes regiões sergipanas: Itabaiana, Lagarto, Propriá, Santa Luzia, Santo Amaro das Brotas, Nossa Senhora do Socorro e Vila Nova. Não tivemos como saber quanto por cento do número total de pessoas ou de proprietários eles representam, mas correspondem a todos os inventários abertos na capitania e conservados que se tem notícia. Desses, cerca de 20% se encontram num estado de degradação avançado – seja devido à ação de traças, má conservação nas suas instituições de origem etc. – e/ou incompletos (Figura 2 e Figura 3). Aqui, mais uma vez, o projeto afirma seu compromisso com a pesquisa histórica, pois a transcrição, montagem e futura disponibilização do banco de dados contribuem para a salvaguarda dessa documentação, na medida em que, a depender dos interesses do pesquisador, o documento original não precisará ser consultado.



Figura 2: Trabalho de leitura das fontes e coleta de dados realizado pela bolsista de IC.



Figura 3: Estado da documentação.

Os procedimentos de coleta e análise das informações dos inventários seguiram os postulados da chamada História Quantitativa ou Serial: a produção de um banco de dados cobrindo determinada série temporal, as duas primeiras décadas do século XIX, e o uso de técnicas estatísticas para trata-los e tabulá-los, nesse caso o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Foram confeccionadas tabelas com a distribuição da riqueza inventariada por decís (Tabela 1), com a composição dos patrimônios inventariados segundo as categorias de bens (Tabela 2), com a repartição

dos bens entre os decís (Tabela 3) e com a porcentagem de concentração dos componentes da riqueza total; gráficos com a composição da riqueza inventariada em Sergipe Del Rei (Gráfico 1: Composição da riqueza inventariada na Capitania de Sergipe Del Rei, 1800-1822.; e, finalmente, mapas que mostram a distribuição e concentração regional das diferentes culturas e criações Mapas 1-9.

Os resultados obtidos foram comparados aos de outras pesquisas para variadas regiões, como Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e, por fim, sintetizados neste relatório. Tal metodologia possibilitou uma visão global do universo pesquisado. A mensuração da riqueza e sua distribuição entre os inventariados, a composição dos patrimônios, o número, tipo e valor dos bens transacionados, todos os aspectos medulares deste trabalho foram satisfatoriamente conhecidos por esse método de pesquisa historiográfica.

4- Resultados e Discussões

4.1- A estrutura econômica revelada pelos inventários

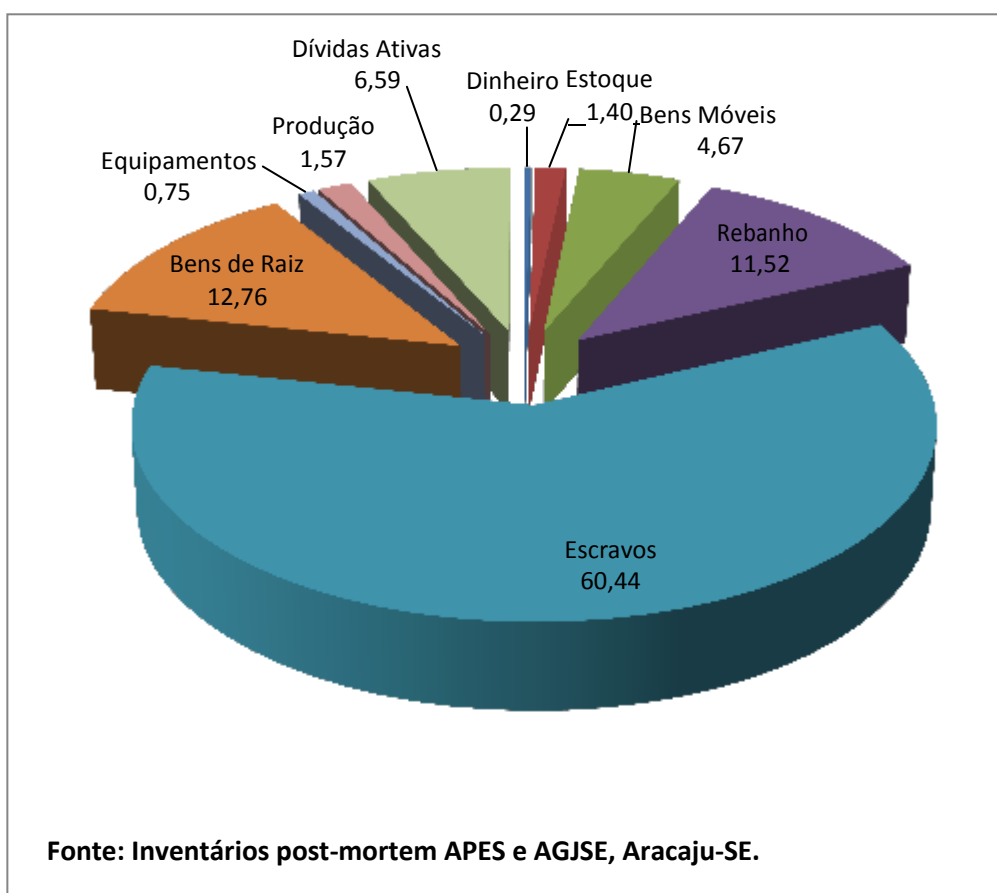
Do total de inventários coligidos, cinco deles não tiveram o monte-mor (soma total dos bens) identificado, seja pelo estado do documento ou por sua incompletude, e foram excluídos da análise. Restaram, portanto, 339 inventários. O **Gráfico 1** apresenta a composição total das fortunas que compõem a nossa amostragem.

O item que menos aparece compondo o patrimônio dos sergipanos é o dinheiro. A baixa monetarização da economia nos séculos XVIII e XIX há muito é conhecida pela historiografia e diversos estudos a comprovaram para diferentes regiões da América Portuguesa (ALMEIDA, 2010; FRANK, 2012; FRAGOSO, 1998; MATTOSO, 1992). Em nossa amostragem, “dinheiro de contado” esteve presente em apenas 12 inventários (3,5 %), nunca excedendo mais do que 18,2% dos bens de cada proprietário, mesmo tendo entre eles dois donos de estoque de loja. Ou seja: além de ser um item pouco acessível, não era uma alternativa de investimento aos que ele se chegava.

Alternativamente à falta de moeda, o fornecimento do crédito informal nas transações comerciais e a prestação de serviços a prazo eram práticas altamente disseminadas. Kátia Mattoso estudando a composição da riqueza dos comerciantes baianos nos oitocentos encontrou um índice de 44,6% (1992, p. 630). Economias

regionais bastante mercantilizadas, de fins do século XVIII e início do XIX, notadamente Rio de Janeiro e Minas Gerais, tinham aproximadamente um quarto de suas fortunas ocupadas com dívidas ativas (FRAGOSO, 1992, p. 255; ALMEIDA, 2010, p. 138). Em Sergipe, essa categoria de bens era pouco maior do que 6%, o que definitivamente não coloca a capitania na mesma categoria que as citadas, mas, certamente, suplantava a carência de moeda. Ainda que somemos às dívidas ativas o estoque, tendo representado assim todo o capital usurário e comercial, obteremos um índice de apenas 8%. Possivelmente, Sergipe não era uma capitania mercantil, ou ao menos os nossos dados não sinalizam nessa direção. Os bens de maior peso no patrimônio dos sergipanos, segundo nossa amostragem, eram os escravos, os bens de raiz e o rebanho, exatamente nessa ordem.

Gráfico 1: Composição da riqueza inventariada na Capitania de Sergipe Del Rei, 1800-1822.



Há muito a historiografia conhece o peso da escravidão na economia do período colonial. De nossos 339 proprietários, apenas 47 não eram senhores de escravos. Óbvio que inúmeras diferenças separavam Bernardo José Vieira, morador da Fazenda dos

Patos, no termo de Propriá, dono de Catarina, uma escrava africana doente de gomas e que valia apenas 25\$000 – o que faz dele o nosso senhor mais pobre – de Leandro Ribeiro de Siqueira e Melo, dono da maior fortuna inventariada no período e senhor de 286 escravos. Ainda assim, é muito significativo que 84,14% dos proprietários do período tivessem acesso à mão-de obra cativa. E este parece ser um padrão não apenas da capitania de Sergipe, mas de toda América Portuguesa, haja vista que estudos feitos para diversas regiões têm encontrado cifras bem parecidas: em torno de 90% dos inventariados possuíam escravos (OSÓRIO, 2007, p. 270; FRAGOSO, 1992, 76-77; ALMEIDA, 2010, p. 150).

No entanto, o grau de importância dos escravos dentro da riqueza total, varia de acordo com a região. No Rio de Janeiro, onde eles formavam quase metade da população e estavam presentes em 88% dos patrimônios, somavam apenas pouco mais de 14% da riqueza. Em relação a isso, Zephyr L. Frank nos dá uma boa explicação: no Rio de Janeiro, cidade portuária, mercantil e urbanizada, os imóveis e as dívidas passivas, tinham maior peso, diferentemente de áreas rurais e interioranas onde a riqueza em escravos era maior (FRANK, 2012, p. 49).

De fato, a grande maioria dos imóveis de nossa amostragem estava na zona rural: de 643, apenas 168 eram casas, os demais eram denominados como unidades produtivas (fazenda, sítio de terras, engenho etc.). Também para Minas Gerais, região marcada pela produção de gêneros para o abastecimento alimentar, a riqueza em escravos era a maior, seguida dos bens imobiliários. O terceiro item em importância, no entanto, eram as dívidas ativas, o que conjugava o setor rural escravista ao mercantil (ALMEIDA, 2010, p. 136). Isso não parece ter acontecido em Sergipe, onde o terceiro item de maior importância era o rebanho (11,52%). Sendo assim, temos ao menos para o início do século XIX, uma economia basicamente agropastoril.

Mas, por que então a produção ocupa um lugar tão pequeno na riqueza dos inventariados – apenas 1,25%? Vale lembrar que, no caso dos produtos agrícolas, só era arrolado o que existia nas propriedades quando da realização do processo de inventariação e que estes produtos estavam sujeitos a uma grande sazonalidade. A também pequena participação dos instrumentos de trabalho, aqui representados entre os bens móveis (4,67%) – categoria na qual estão alocadas as ferramentas – e os equipamentos e benfeitorias (0,75), aliada à já referida grande importância dos escravos e bens de raiz, indica, como aponta Carla Almeida, que “uma economia muito mais

dependente das constantes incorporações de terra e mão de obra para o seu funcionamento do que do aprimoramento técnico” (ALMEIDA, 2010, p. 132).

4.2- A estrutura produtiva revelada pelos inventários

4.2.1- Os gêneros agrícolas

Apesar da pouca presença dos itens de produção nos processos de inventariação, devido ao seu já referido caráter ocasional, algumas tendências puderam ser percebidas.

A partir delas montamos mapas com a distribuição e concentração regional das diferentes culturas em Sergipe, segundo o número de citações nas fontes.

A lavoura mais presente nos inventário sergipanos é a mandioca ou farinha de mandioca. Inúmeros documentos fazem menção a “capoeiras de mandioca”, “rodas de ralar mandioca”, ou arolavam alguns alqueires de farinha. O **Mapa 1** mostra que a região de Estância e Santa Luzia era a maior produtora da capitania, seguida de São Cristóvão e Lagarto, mas também deixa claro que ela estava presente em todo o Sergipe Del Rei, ainda que em pequenas quantidades.



Mapa 1: distribuição e concentração regional da mandioca e farinha de mandioca.

A farinha de mandioca constituía a base da dieta colonial e estava presente “tanto na mesa dos ricos, como na dos pobres, e nas cuías e baldes que os escravos usavam à falta de pratos” (BARICKMAN, 2003, p. 96). Sua importância é, pois, indiscutível. Barickman, estudando a comercialização desse produto na Bahia, observou, que no final do período colonial, ele chegava a Salvador de quatro áreas principais: da Comarca de Porto Seguro, das vilas litorâneas ao sul da comarca de Ilhéus, das vilas ao sul do Recôncavo e de Sergipe O transporte,

segundo ele, era feito em saveiros, lanchas, bergantins, sumacas e chalupas que formavam uma “loja flutuante” e frequentemente vinham de longe (2003, p. 132).

Não por acaso, vários inventários da região de Estância e Santa Luzia, rica em caminhos fluviais, arrolavam embarcações. É dela que, provavelmente, saía uma parte considerável dessa produção.

O autor cita, inclusive, uma série de correspondências das autoridades do período reclamando das dificuldades enfrentadas pelo plantio da mandioca ao norte do Rio Real. Em 1817, por exemplo, elas denunciavam que achavam-se “esgotadas as reservas de farinha na vila produtora de mandioca de Estância” (2003, p. 146).

É também na região de Estância e Santa Luzia que se concentra a produção de algodão,

Mapa 2, e seu processamento, **Mapa 3**. A lavoura algodoeira era basicamente uma cultura de exportação. Os inventos no setor têxtil que marcaram o início da Revolução Industrial na Europa, em meados do século XVIII, valorizam o algodão enquanto matéria-prima, crescendo em grande escala sua demanda. Planta pouco exigente e de



Mapa 2: distribuição e concentração geográfica do algodão.



Mapa 3: distribuição e concentração regional dos panos.

cultivo pouco dispendioso, a não ser na época da colheita dos frutos, o algodão logo se espalhou pelo nordeste brasileiro.

Em Sergipe, as autoridades metropolitanas, que vinham tomando uma série de medidas econômicas buscando o desenvolvimento português, enviavam à Câmara de São Cristóvão, em 1779, uma ordem para dar início à cultura do algodão na capitania (NUNES, 2006, p. 165). No entanto, pós 1820, o algodão brasileiro



Mapa 4: distribuição e concentração regional do fumo.

brasileiro deixou de encontrar um mercado receptivo na Europa, devido ao aumento das exportações dos Estados Unidos e, em menor medida, do Egito (BARICKMAN, 2003, p. 59)

O fumo, **Mapa 4**, outra cultura de exportação, apresentava-se pouco comum em quase todas as regiões da capitania, exceto Lagarto. Segundo Thetis Nunes, a lavoura fumageira havia sido a principal de Sergipe,



Mapa 5: distribuição e concentração regional do açúcar. na segunda metade do século XVIII (NUNES, 2006, 149).

O açúcar, **Mapa 5**, que no período de nossa amostragem experimentava uma fase de amplo crescimento, aparece de forma muito mais restrita. Nenhuma unidade produtiva do gênero foi encontrada para as regiões de Itabaiana, Lagarto, Propriá e Vila Nova. Todas as unidades estavam localizadas na faixa litorânea da capitania, próximas aos caminhos fluviais, por onde certamente era escoada a produção, comercializada pelo porto de Salvador (BARICKMAN, 2003, p. 132).

4.2.2- O rebanho

Em nossa amostragem, o item rebanho conjuga diferentes tipos de criação. O **Gráfico 2** apresenta a sua composição segundo as diversas categorias encontradas.

Gráfico 2: número de cabeças de gado inventariada em Sergipe, de 1800 a 1822.

O rebanho inventariado no começo do século XIX



É nítida a maior importância dos bovinos. Seus diversos empregos, conjugados a estrutura agropastoril, justifica tal superioridade: o gado vacum era usado tanto na alimentação – produção de charque – como nas unidades produtivas, sendo força motriz, principalmente dos engenhos. O **Mapa 6** apresenta sua distribuição e concentração nas diferentes regiões da capitania.

Assim como a mandioca e a farinha, no caso dos produtos agrícolas, o gado bovino estava disseminado por toda

Mapa 6: Distribuição e concentração regional dos bovinos.



capitania. Durante quatro séculos essa foi a atividade constante de Sergipe Del Rei (DINIZ, 2013, p. 94). Não por acaso, a região próxima de Propriá e Vila Nova, junto à de São Cristóvão apresentam as maiores cifras. Esta, concentrando o maior número de engenhos da capitania, necessitava dos bovinos para mover suas fábricas, usando-os como força motriz. Já o sertão, ainda que submetido a frequentes e prejudiciais estiagens, oferecia boas condições para a criação de gado e ainda existia a possibilidade de migração para regiões com maior oferta de água, em caso de seca. Vale lembrar que um dos nomes do Rio São Francisco é Rio dos Currais, por conta da elevada presença

de rebanhos ao longo de seu percurso.

É também no sertão onde se concentrava o maior número de ovinos, como evidencia o **Mapa 7**. Estes são famosos por sua fácil adaptação ao clima semiárido e a vegetação de caatinga. Mas eles se fazem presentes em todas as regiões.

As mulas, usadas basicamente para percorrer longas distâncias, no transporte de pessoas e mercadorias, são encontradas em grande



Mapa 7: Distribuição e concentração regional dos ovinos.

quantidade ao redor do Rio São Francisco, na região de Itabaiana e na de São Cristóvão (**Mapa 9**). Na condição de centro administrativo da capitania, é natural que a Cidade de Sergipe Del Rei necessitasse desse tipo de rebanho. Já as regiões do São Francisco e do Agreste de Itabaiana, têm uma coisa em comum: estão afastadas “das estradas fluviais” que faziam o transporte de mercadorias, através de pequenas embarcações (NUNES, 2006, p. 169-170).

O gado cavalar era uma criação com certo tom aristocrático. Ele não era usado para o transporte, de pessoas ou de mercadorias, era um item de uso pessoal. Por esse motivo, é bastante significativo que São Cristóvão concentrasse a maior porção do rebanho: na condição de capital, era o lugar onde residiam os homens bons, a administração colonial.

Mapa 9: Distribuição e concentração regional dos muares.



de Porto da Folha e Vila Nova na pecuária sergipana: apesar de possuir a maior concentração apenas do rebanho bovino, caprino e ovino, essa região do Rio São Francisco criava em quantidades significativas todas as espécies. Ocupavam segundo lugar no caso dos muares e também na de cavalos.

Devido aos pequenos números encontrados para os porcinos e caprinos, não foram confeccionados mapas que mostrassem sua distribuição e concentração regional como os até aqui apresentados. Mas uma última questão a ser considerada é a participação



Mapa 8: Distribuição e concentração regional do gado cavalos.

4.3- Faixas de fortuna e distribuição da riqueza

Dividindo os 339 proprietários em grupos de 10%, montamos a Tabela 1 que apresenta a riqueza média de cada decil, o montante inventariado e o quanto este representa do total.

Tabela 1: Distribuição da riqueza inventariada por decis.

DECIL	Média	Total	% do total
1	127.843	4.218.828	0,50%
2	255.522	8.687.756	1,10%
3	357.671	12.160.812	1,50%
4	457.946	15.570.151	2,00%
5	607.278	20.647.447	2,60%
6	804.046	27.337.567	3,50%
7	1.078.447	36.667.188	4,60%
8	1.607.572	54.657.462	6,90%
9	3.047.648	103.620.034	13,10%
10	14.904.649	506.758.067	64,10%
Total	2.331.343	790.325.312	100,00%

Fonte: Inventários *post-mortem* APES e AGJSE, Aracaju-SE.

O que emerge de imediato a partir da Tabela 01 é a forte concentração de riqueza. Os 33 proprietários mais ricos, controlavam 64% dos bens inventariados, seus 506 contos de réis eram quase o dobro de todas as posses dos demais. Utilizando o Índice de Gini, um instrumento para medir o grau de concentração de renda que aponta a diferença entre a riqueza dos mais pobres e dos mais ricos, variando numericamente de zero a um, sendo que zero representa a perfeita igualdade e um a perfeita desigualdade, obtivemos um coeficiente igual a 0,692. No entanto, a presença do inventário do Coronel Leandro Ribeiro de Siqueira e Melo, um bem-sucedido senhor de engenhos cujos bens somavam 108:285\$380 – cento e oito contos duzentos e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta reis – nesse grupo pode ter distorcido os dados. Seu patrimônio é o único da amostra alocado na casa das centenas de contos de réis.

Expurgada essa fortuna excepcional, a média de riqueza do último decil cai para 12:452\$271. Recalculando o índice de Gini, encontramos um coeficiente ligeiramente mais baixo, 0,659, mas que ainda assim expressa uma significativa desigualdade. Para melhor entendermos essa alta concentração de riqueza produzida pela sociedade sergipana de início do século XIX, as **Tabela 2** e **Tabela 3** mostram a composição dos patrimônios inventariados por decil, segundo as categorias de bens, em porcentagem e números absolutos. Assim, podemos compreender qual o peso das diversas atividades e bens econômicos nela envolvidos, como também caracterizar melhor a estrutura econômica vigente.

Tabela 2: Composição dos patrimônios inventariados por decil em números absolutos.

DECIL	Soma	Dinheiro	Estoque	Bens Móveis	Rebanho	Escravos	Bens de Raiz	Equipamentos	Produção	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas
1	3.663.943	63.075	0	444.168	620.940	1.452.000	662.400	68.440	53.640	299.280	431.861
2	8.136.698	0	0	533.210	907.640	4.375.000	1.340.673	140.000	128.320	711.855	932.067
3	10.790.297	0	317.770	502.645	1.416.680	6.574.000	1.160.124	140.760	133.880	544.438	1.351.191
4	15.153.542	0	0	854.826	970.900	8.452.990	2.999.997	192.960	136.160	1.545.709	1.456.287
5	19.149.487	4.000	85.340	1.214.608	1.999.704	10.975.000	3.492.000	148.940	266.600	963.295	2.131.352
6	25.039.620	72.740	351.495	1.169.138	2.884.920	15.133.000	3.195.895	188.600	392.800	1.651.032	2.980.524
7	34.902.216	12.760	793.765	2.158.140	5.022.140	17.369.500	6.091.239	391.120	752.960	2.310.592	4.089.728
8	44.819.261	0	0	2.024.917	9.028.310	22.581.000	6.841.022	466.140	656.180	3.221.692	3.756.716
9	96.766.131	173.000	427.000	5.327.946	12.248.590	38.013.234	21.762.657	2.193.856	2.510.540	14.109.308	9.494.942
10	456.179.324	799.440	106.580	11.719.794	49.926.521	172.742.235	193.358.091	6.284.530	1.296.900	19.945.233	42.724.348
Total	714.600.519	1.125.015	2.081.950	25.949.392	85.026.345	297.667.959	240.904.098	10.215.346	6.327.980	45.302.434	69.349.016

Fonte: Inventários *post-mortem* APES e AGJSE, Aracaju-SE.

Tabela 3: Composição dos patrimônios inventariados por decil em porcentagem.

DECIL	Soma	Dinheiro	Estoque	Bens Móveis	Rebanho	Escravos	Bens de Raiz	Equipamentos	Produção	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas
1	100,00	1,72	0,00	12,12	16,95	39,63	18,08	1,87	1,46	8,17	11,79
2	100,00	0,00	0,00	6,55	11,15	53,77	16,48	1,72	1,58	8,75	11,46
3	100,00	0,00	2,94	4,66	13,13	60,93	10,75	1,30	1,24	5,05	12,52
4	100,00	0,00	0,00	5,64	6,41	55,78	19,80	1,27	0,90	10,20	9,61
5	100,00	0,02	0,45	6,34	10,44	57,31	18,24	0,78	1,39	5,03	11,13
6	100,00	0,29	1,40	4,67	11,52	60,44	12,76	0,75	1,57	6,59	11,90
7	100,00	0,04	2,27	6,18	14,39	49,77	17,45	1,12	2,16	6,62	11,72
8	100,00	0,00	0,00	4,52	20,14	50,38	15,26	1,04	1,46	7,19	8,38
9	100,00	0,18	0,44	5,51	12,66	39,28	22,49	2,27	2,59	14,58	9,81
10	100,00	0,18	0,02	2,57	10,94	37,87	42,39	1,38	0,28	4,37	9,37
Total	100,00	0,16	0,29	3,63	11,90	41,66	33,71	1,43	0,89	6,34	9,70

Fonte: Inventários post-mortem APES e AGJSE, Aracaju-SE.

Também para efeitos de melhor entendimento, consideraremos os dois primeiros decis os 20% mais pobres da sociedade, os dois últimos a elite econômica e os demais componentes de uma camada de remediados.

Os únicos itens que não estavam disponíveis a todos os decis eram dinheiro e estoque. Já falamos aqui da baixa monetarização da América Portuguesa e sua baixa presença mesmo entre aqueles que o possuíam, só reforça a pouca disponibilidade, mesmo para os mais ricos. O estoque, apesar de não ser o item de maior investimento de nenhum dos decis, apresenta-se mais comum às camadas médias. Apesar dele figurar entre o patrimônio dos 20% mais ricos, em nenhum deles a porcentagem é maior que as camadas médias, onde está o maior índice, 2,94% no decil 3.

É nas camadas médias que também encontramos os maiores graus de investimento em cativos, seguida dos 20% mais pobres, e só então dos 20% mais ricos. A escravidão permeava toda a sociedade colonial e em Sergipe não era diferente, como já vimos. Zephyr L. Frank aponta-nos dois motivos para esse padrão: a questão sociocultural que impulsionava os homens livres e possuidores de riqueza a demarcar sua posição pela posse escrava; outro econômico, pois os escravos eram o bem produtor de renda mais barato e de fácil obtenção, visto a exiguidade de bens imobiliários e o difícil acesso ao crédito (2012, p. 52). Isso explica porque os mais pobres e remediados detinham um percentual tão grande de escravos compondo seu patrimônio: eram-lhes “o investimentos possível, acessível às suas fortunas, além de servirem a demarcação social da posição de homem livre” (OSÓRIO, 2007, p. 269).

À medida que aumentava o grau de riqueza, abriam-se outras oportunidades de investimento. É, portanto, nos dois últimos decis que encontraremos a melhor distribuição de investimentos entre as diferentes categorias de bens, característica comum entre as fortunas de maior vulto no século XIX (FRANK, 2012, p. 52; OSÓRIO, 2007, p. 269; MATTOSO, 1992, p. 609).

A elite sergipana, ao contrário da carioca estudada por João Fragoso (2012), investia muito mais em bens agropastoris do que mercantil. Essa camada da população, aliás, apesar de possuí-los, não controlava a maioria dos bens comerciais, como mostra a **Tabela 04**. Apenas 25,66% dos bens comerciáveis estavam na mão da elite sergipana e se voltarmos a **Tabela 2**, verificaremos que nem em números brutos se dava a superação, o que reforça a ideia de que na capitania, esta era uma atividade das camadas médias.

Tabela 4: Porcentagem de concentração dos componentes da riqueza total.

DECIL	Soma	Dinheiro	Estoque	Bens Móveis	Rebanho	Escravos	Bens de Raiz	Equipamentos	Produção	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas
1	0,51	5,61	0,00	1,71	0,73	0,49	0,27	0,67	0,85	0,66	0,62
2	1,14	0,00	0,00	2,05	1,07	1,47	0,56	1,37	2,03	1,57	1,34
3	1,51	0,00	15,26	1,94	1,67	2,21	0,48	1,38	2,12	1,20	1,95
4	2,12	0,00	0,00	3,29	1,14	2,84	1,25	1,89	2,15	3,41	2,10
5	2,68	0,36	4,10	4,68	2,35	3,69	1,45	1,46	4,21	2,13	3,07
6	3,50	6,47	16,88	4,51	3,39	5,08	1,33	1,85	6,21	3,64	4,30
7	4,88	1,13	38,13	8,32	5,91	5,84	2,53	3,83	11,90	5,10	5,90
8	6,27	0,00	0,00	7,80	10,62	7,59	2,84	4,56	10,37	7,11	5,42
9	13,54	15,38	20,51	20,53	14,41	12,77	9,03	21,48	39,67	31,14	13,69
10	63,84	71,06	5,12	45,16	58,72	58,03	80,26	61,52	20,49	44,03	61,61
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Inventários *post-mortem* APES e AGJSE, Aracaju-SE.

A elite econômica de Sergipe Del Rei estava ligada às atividades agrícolas e a posse de terra. O último decil controlava 80,26% dos bens de raiz! Os 20% mais ricos, incríveis 89, 29%. Os equipamentos e as benfeitorias, responsáveis pelo melhoramento e valorização das terras, apesar de presentes em todos os decis, estavam concentrados em 83% nas mãos da elite. Mesmo os escravos e o rebanho, itens melhores distribuídos entre os diferentes decis, apresentam-se com índices de 70, 8% e 73, 13%, respectivamente. Isso explica a grande quantidade de gado na região de São Cristóvão onde estavam boa parte dos senhores de engenho.

5- Conclusões

A análise comparativa dos aspectos econômicos revelados pelos inventários produzidos em Sergipe Del Rei, de 1800 a 1822, permitiu-nos perceber alguns traços específicos da capitania.

A riqueza, majoritariamente composta por escravos, bens de raiz e rebanho, revelou-nos uma estrutura econômica basicamente agropastoril, com irrisória liquidez, pequena participação mercantil e que dependia, dado o pequeno valor dos instrumentos de beneficiamento da produção, das constantes incorporações de terras e mão-de-obra para funcionar e crescer. Este item esteve acessível à maioria dos proprietários, ao que parece, mas os bens de raiz concentravam-se quase que por inteiro nas mãos de um pequeno grupo.

Daí que a sociedade sergipana do início do século era altamente polarizada, com pobres produzindo pequenas quantidades de gêneros de subsistência e investindo, na medida do possível, em escravos, assim como as camadas médias, mas sem a ligação ao comércio que os remediados tinham. A elite, ao contrário, ainda que fortemente agrária, tinha diferentes possibilidades de investimentos, sendo, concomitantemente, senhores de engenhos, fazendas, embarcações etc.

Mesmo a estrutura produtiva apresentou certo grau de especialização. O plantio de mandioca – junto à produção de farinha – e a criação de bovinos, por exemplo, ainda que altamente disseminados pela capitania, concentravam-se em níveis muito superiores nas regiões de Estância-Santa Luzia e Porto Da Folha-Vila Nova, respectivamente.

6- Perspectivas

Tendo em vista que o presente trabalho dá conta apenas do período inicial de interesse do projeto, espera-se que a coleta e tabulação de dados possam ser realizadas para os demais quartéis do século XIX, obtendo-se, assim, um panorama completo do devir econômico da Capitania de Sergipe Del Rey nos oitocentos.

7- Referências

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro (1840-1875): desafios num processo do vir-a-ser capitalista**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, SEPLAN, 1993.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. (Coord.). **Textos para a História de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

FRAGOSO, João L. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANK, Zephyr L. **Entre ricos e pobres: o mundo de Antônio José Dutra no Rio de Janeiro oitocentista**. São Paulo: Annablume, 2012.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe**. São Cristóvão, Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. O patrimônio dos mineiros depois do século do ouro: composição e dinâmica da riqueza na Freguesia de São José do Rio das Mortes – passagem do século XVIII para o XIX. In: ÁLVARO, Bruno Gonçalves; SÁ, Antônio Fernando de Araújo. **Cultura, memória e poder: história e historiografia**. Recife: Editora UFPE, 2016, pp. 119-144.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju: Fundesc, 1986.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial I**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/ Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550- 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SUBRINHO, Josué Modesto Passos. **Reordenamento do trabalho**: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro, Sergipe, 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000.

8- Outras atividades

- Organização do “I Encontro Sergipano de História Colonial”, realizado na Universidade Federal de Sergipe, de 28 a 29 de março de 2017;

- Participação como monitora do “I Seminário Mundo Atlântico e Colonização Portuguesa (séculos XVI-XIX): desafios na pesquisa e ensino”, realizado na Universidade Federal de Sergipe, de 03 a 05 de julho de 2017.